Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça
COMISSÃO PERMANENTE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL, INFRAESTRUTURA
E GESTÃO DE PESSOAS

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
EFICIÊNCIA OPERACIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO
DE PESSOAS

Data	Horário	Local
13/2/2023	15h	Ed. Premium – Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2 – Lote 5/6

Participantes:

Ministro Vieira de Mello Filho – Presidente da CEOIGP

Inês Porto (assessora-chefe do Cons. Vieira de Mello Filho)

Juizes auxiliares da Presidência do CNJ: Amini Hadad Campos, Edinaldo César Santos Júnior e Karen Luise Vilanova Batista de Souza.

Roseli Faria - Diretora de promoção de direitos do Ministério da Justiça

Eduardo Gomor - coordenador geral da promoção de direitos do Ministério da Justiça

Maria Aparecida Ferreira - assessora especial da Ministra do Ministério da Gestão

Artur Sinimbu - assessor de diversidade e participação social do Ministério da Igualdade Racial

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça
COMISSÃO PERMANENTE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL, INFRAESTRUTURA
E GESTÃO DE PESSOAS

Durante a reunião:

- 1) destacou-se a necessidade de se criar bases mínimas para elaborar curso de formação para especialistas em heteroidentificação, com a inclusão de um módulo de experiência prática;
- 2) informou-se que a ENFAM já está oferecendo curso para magistrados que inclui conteúdo relativo à heteroidentificação;
- 3) pontou-se a relevância da regulamentação das situações de fraude;
- 4) relatou-se a experiência da USP, que só submete os candidatos à heteroidentificação quando há incompatibilidade entre a autodeclaração e as fotos tiradas pela própria empresa que organiza o certame.

Deliberou-se pela organização de um seminário em setembro sobre equidade racial no Poder Judiciário, oportunidade em que a regulamentação das comissões de heteroidentificação poderia ser apresentada.

Foi destacada a importância de realização de uma entrega mais breve, em razão da atual exigência de funcionamento das comissões de heteroidentificação nas Resoluções CNJ n. 81 e 75.

Nada mais havendo, encerrou-se a reunião.

Ministro Vieira de Mello Filho
Presidente da CEOIGP